

A VERDADE COMO PERSPECTIVA DA LINGUAGEM

Josemar Rodrigues da Silva*

RESUMO: *O texto tem por objetivo tentar fazer uma genealogia da Verdade, a partir do pensamento de Friedrich Nietzsche. Mostrar-se-á a constituição da consciência através da idéia de Vontade de Potência, e como a consciência, deparando-se com a realidade, institui os signos de comunicação. Estes são utilizados como adequadores entre consciência e realidade. Assim, verificar-se-á fê de que maneira a consciência se apresenta como o lugar da produção do sentido de Verdade, constituindo os signos de comunicação como princípio identitário. Tal princípio faz-se elemento indispensável para a efetividade da idéia de Verdade. Adequando os signos à realidade, eles se tornam critério matemático na constituição da certeza sobre a realidade. Assim, a verdade sobre as coisas passa a ser uma fixação lógica e interpretativa de uma dada perspectiva gregária, pois os signos são convencionalmente constituídos. Conclui-se, então, que a Verdade é a fixação pragmática da linguagem simbólica, utilizada pelo instinto de rebanho em vista da conservação da espécie.*

Palavras-chave: Perspectivismo; Consciência; Linguagem

INTRODUÇÃO

Tratar da Verdade como perspectiva da linguagem, em Nietzsche, é uma tarefa importante para a compreensão de sua filosofia. Esta não escapa desse sentido *negativo* de verdade, podendo assim instituir uma certa “ontologia negativa” (ROCHA, 2003, p. 43). Trazer este tema à atual discussão é de suma importância para o âmbito filosófico, já que a História da Filosofia mostra-se na busca pela Verdade ou pelo Sentido da(s) existência(s).

Trata-se de mostrar que a Verdade não se origina de uma realidade metafísica transcendental, mas de uma circunstância e necessidade históricas. Por isso, evidenciar-se-á que a Verdade não passa de uma realidade consciencial, ou seja, que a consciência é a sede da Verdade, sua matriz, que, por meio dos signos de comunicação, produz uma relação lógica com a realidade através desses mesmos signos, constituindo esta relação *significante* como a Verdade, ou seja, o conhecimento verdadeiro sobre a realidade. Mas sendo a consciência originada da atividade interpretativa da vontade de potência, ter-se-á a conclusão de que a Verdade é uma *interpretação* da consciência, ou melhor, de que a consciência como *perspectivista* institui, na relação signo e realidade, a adequação convencional como Verdade. Esta, por sua vez, mostra-se-á produto da consciência que, por sua vez, apresenta-se como a conjuntura de signos de adequação, estabelecidos numa ordem lógica e fixa, portanto mesmificante.

Este trabalho faz paralelo nessa pesquisa realizada sobre o Perspectivismo nietzschiano. Esta pesquisa está parcialmente contida num trabalho monográfico, apresentado, avaliado e aprovado na Universidade Católica do Salvador, em junho deste ano, sob o tema *O Acontecimento Perspectivo: as Interpretações*. Nela encontra-se, de maneira processual, a

* Bacharel em Filosofia pela Universidade Católica do Salvador. E-mail: josemarrodrigues@yahoo.com.br. Orientado pelo professor Fernando Gigante Ferraz, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia; DEA (Diploma em Estudos Aprofundados) pela Sorbonne de Paris; doutorando em Filosofia pela Université de Paris I – Sorbonne; doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia; professor do Departamento de Filosofia do Instituto de Teologia da Universidade Católica do Salvador.

formação desses entrelaçamentos entre Vontade de Potência, Consciência, Linguagem e Verdade, desembocando na idéia de que a Verdade finaliza-se numa pragmaticidade, ou seja, que sua atividade efetiva é de conservar a espécie.

No mundo contemporâneo, a idéia de *Verdade Absoluta* tem sofrido profundos abalos. Assim, tratar da Verdade, atualmente, faz-se importante na tentativa de se compreender o porquê de sua *insustentabilidade*. E se o mundo contemporâneo é pragmático, então não seria possível estabelecer diferenças ou semelhanças entre a pragmaticidade contemporânea e a pragmaticidade da Verdade? Este trabalho quer propor uma reflexão, certamente exaustiva e, talvez, infundável, sobre a desconstrução daquela idéia de Verdade, tornando-se vítima de sua própria tese, ou seja, a tese relativista leva à relatividade de sua própria tese.

Tem-se como principal referência bibliográfica a obra *A Gaia Ciência* de Nietzsche. Identificada como aforismática, esta obra tem grande importância contéudisca por ser elaborada num espaço de tempo que compreende a produção de outras obras importantes do mesmo autor. Por isto ela traz temas diversos, contundentes e não muito coesos, causando uma certa nebulosidade de seu real objetivo.

Esta abordagem terá suas reais limitações no que diz respeito à profundidade e totalidade do tema. Não se tratando de uma densa e ampla pesquisa, este trabalho pressuporá o prévio entendimento de conceitos que aqui estarão expostos, tornando, assim, um trabalho destinado a estudantes de filosofia, ou mais precisamente, a estudos de tendência antimetafísica que implicam Ética ou em Epistemologia.

A CONSCIÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DA LINGUAGEM-VERDADE

Afinal, *o que é a Verdade?* Essa pergunta persegue ou se dirige às mentes mais sagazes ou mais curiosas que tentam construir a história do pensamento filosófico. Ela incide numa idéia de um conhecimento *satisfeito* plenamente, ou que revela a existência repleta de um segredo misterioso, ou de um sentido teleológico capaz de levar o homem a um estado de perfeição ou de pleno domínio sobre o *Todo*. E é justamente sobre estes aspectos que se constitui nosso interesse aqui.

Como já dito, a filosofia de Nietzsche se faz ponto de partida. Centrada na idéia de *Vontade de Potência* esta filosofia compreende qualquer acontecimento como uma *interpretação*, ou seja, como efetividade dessa Vontade de Potência. Esta é o *método* [e não o ser] para explicar a natureza existencial de tudo, fazendo-se aquilo mesmo que existe e que não pode *ser* sem ela; é a própria condição de possibilidade para que o possível exista. Mas ela, a vontade de potência, não existe como uma única massa enorme de força, como um motor móvel ou imóvel. Ela é justamente a diversidade de forças que agem e re-agem entre si, buscando a *efetivação*, ou seja, a *interpretação*. Esta diversidade garante a individualidade de cada força, traduzida como *perspectividade*. Assim, a vontade de potência de cada perspectiva é a própria luta em vista da real interpretatividade ou afirmação do existir.

Essa luta, ou melhor, essas lutas não só se apresentam como atividade interna dos organismos vivos, mas, sendo assim, também se mostram na vida tribal, social ou civilizada. A mesma estrutura existencial dos organismos transfere-se para o que nós chamamos de exterioridade, ou formas sociais organizadas. Quando se trata da questão da *verdade*, pressupõe-se a existência de *consciência*, inteligência, razão ou poder de discernimento daquilo que é dito *ser* ou *não-ser*. Percebe-se, conseqüentemente, a sustentadora noção de *princípio de identidade*, tão lógico e tão pleno de certeza. A verdade pertence, então, ao mundo consciencial, ou da Civilização. A verdade está como que envolta pela consciência, como se esta se apresentasse como sua moradia, seu reduto, sua sede ou sua condição de possibilidade para o seu *revelar-se*. Conseqüentemente, tem-se a consciência como a matriz da verdade, sua possibilidade

genealógica. Porém, para Nietzsche, “a consciência é o último e derradeiro desenvolvimento do orgânico e, por conseguinte, também o que nele é mais inacabado e menos forte” (2002, § 11).

Vê-se, então, que Nietzsche compreende que a consciência não está [especificamente para o humano] na ordem da necessidade existencial, mas é um produto de circunstâncias históricas; pode-se dizer *um erro histórico*. A pergunta “*Para que* então consciência, quando no essencial é *supérflua*?” (NIETZSCHE, 2002, § 354) traz à vista uma reflexão inusitada. Para o filósofo, a consciência se tornou necessária à vida porque os seres, ditos humanos, juntaram-se, estrategicamente, constituindo a vida gregária. A sociabilidade criou em si algumas necessidades, e entre elas está a *necessidade de comunicação*. Para o autor, esta necessidade não está precisamente no indivíduo mesmo, mas presente na história das gerações como uma manifestação do desejo de conservação e preservação da espécie. Assim, “[...] a consciência desenvolveu-se apenas sob a pressão da necessidade de comunicação [...]” (Ibidem).

Compreende-se, portanto, porque a consciência é a sede da verdade. Exatamente por ela se desenvolver pulsionada pela necessidade de comunicação. Esta, a comunicação, que, constituída de som e representação, também necessita de entendimento, compreensão e adequação, já que se se comunica, comunica-se algo, a alguém, por algo. *O que é comunicado?* O apuro, a falta, o sentimento, o pensamento. *A quem é comunicado?* A seus iguais. *Através do que é comunicado?* Pela consciência, pela palavra, enfim, pelos “[...] *signos de comunicação*, com o que se revela a origem da própria consciência” (NIETZSCHE, 2002, § 354). A consciência aparece, então, como a condição de possibilidade para o convívio social que, para ser efetivo, necessita de um fator agregador: a linguagem. É justamente por isso que Nietzsche compreende a consciência como o instrumento de *ligação entre as pessoas*, aquilo que torna possível o relacionar-se, e, conseqüentemente, a dependência que é produto do *instinto de rebanho*. O tomar consciência de si é também um acontecimento pulsionado e efetivado na grege, pois “[...] um ser solitário e predatório não necessita dela [...]”; apenas como animal social o homem aprendeu a tomar consciência de si” (Ibidem).

Por estar no indivíduo, a consciência apresenta-se como totalmente sua, como dom constitutivo de sua natureza existencial; mas, ao percebermos sua genealogia, verifica-se que a natureza da consciência é pública, gregária, que não participa da integralidade do ser individual. Segundo Lacan, “[...] é bem evidente que as coisas do mundo humano são coisas de um universo estruturado em palavras, que a linguagem, que os processos simbólicos dominam, governam tudo” (1997, p. 60). [Entende-se que a expressão *mundo humano* subentende a efetividade da vida social, o mundo das relações estabelecidas pelas diversas formas de linguagem]. A pragmaticidade da vida gregária é que condiciona o desenvolvimento da linguagem, tendo como conseqüência, simultaneamente, o desenvolvimento da consciência.

O *dizer* torna-se algo existencialmente determinante na vida gregária. É esse dizer que firma, afirma e estabelece as relações, revelando cada indivíduo pela comunicabilidade e conformando-o na vida gregária. Conseguir adequar a excitação nervosa [som, palavra sonorizada] às coisas facilitou a permanência do convívio gregário. É justamente esta adequação que se fixa paulatinamente, tornando-se *sentido* e *significado* das realidades, nascendo a idéia de verdade, ou seja, o signo lingüístico designado a dizer a coisa revela o *se*:: aquilo que permanece igual e idêntico sob todas as circunstâncias, mesmo as contingentes. A atividade da consciência é essa: efetivar os signos de comunicação como o instrumento identitário que cruza, necessariamente, o *conceito* [palavra] e o *ente* [realidade]. Ao mesmo tempo em que separa o *fenômeno* da *coisa em si*, a linguagem é a única possibilidade de reuní-los novamente.

A linguagem [palavras, conceitos, signos], portanto é a perspectiva da consciência, ou seja, a condição de possibilidade ou o ponto de partida do qual a consciência não pode se isentar para efetivar-se *em si*, *para si* e, conseqüentemente, *para a realidade* externa. Ela, a linguagem, é a verdade, ou seja, o que torna para o homem consciente o seu existir; aquilo que o homem não consegue dizer é o que ainda não existe para ele em linguagem. Isso trás como conseqüência a

concepção cartesiana de que *Existência e linguagem* são simultâneas na/para a consciência. Ora, é como ser social que o homem toma consciência de si, e a sociabilidade, como já se viu, dá-se justamente com o estabelecimento dos signos de comunicação. Mas a existência revelada pela consciência não é a totalidade existencial da realidade, pois esta totalidade nem sequer poderá existir consciente e realmente. É, contudo, a parte superficial e generalizada da existência que é revelada pela consciência.

[...] Portanto, “para Nietzsche”, cada um de nós, com toda vontade que tenha de *entender* a si próprio da maneira mais individual possível, de “conhecer a si mesmo”, sempre traz à consciência justamente o que não possui de individual, o que nele é “médio” [...] (NIETZSCHE, 2002, § 354).

E em *Aurora* acrescenta:

A linguagem e os preconceitos em que se baseia a linguagem nos criam diversos obstáculos no exame de processos e impulsos interiores: por exemplo, no fato de realmente só haver palavras para graus *superlativos* desses processos e impulsos –: mas estamos acostumados a não mais observar com precisão ali onde nos faltam as palavras, pois é custoso ali pensar com precisão; no passado concluía-se automaticamente que onde termina o reino das palavras também termina o reino da existência (NIETZSCHE, 2004, § 115).

Dessa forma, aquilo que se torna existente para a consciência não pertence à perspectiva individual do ser vivo, mas, antes, de sua natureza pública. Levar a ação para o campo do pensamento racional, deixá-la ser interpretada pela consciência é o mesmo que fazê-la *interpretação* da vontade de potência fraca, ou do instinto de rebanho. Desenvolver a consciência, ou seja, promulgar a consciência como juíza de todas as ações e outorgá-la em seus juízos é o mesmo que estabelecer a cidadania ao sujeito, torná-lo integrante da civilização, ovelha para o pastor, “afinal”, afirma Nietzsche, “a consciência crescente é um perigo [...]” (2002, § 354).

Assim, essa relação entre *sujeito e objeto*, tão presente nas discussões filosóficas, que produz, por exemplo, a epistemologia kantiana, não se constitui para Nietzsche uma relação objetiva, ou seja, assumida em sua filosofia. Conseqüentemente, essa relação existe como necessidade racional na pragmaticidade da vida social, pois conceber tal relação é sustentar o pseudo poder da *gramática* sobre a ontologia. Isto constitui o que o filósofo denomina *metafísica do povo*, ou seja, da grege. A verdade para Nietzsche não é garantida pela razão em suas categorias, mas, sobretudo, é revelada pelo próprio mundo, digamos, pela sua ontologia negativa. Longe de se conceber uma verdade “pensável”, razoável, “dizível”, o filósofo nos apresenta uma verdade altamente real, identificando-a *como* o próprio mundo:

O caráter geral do mundo, no entanto, é o caos por toda a eternidade, não no sentido de ausência de necessidade, mas de ausência de ordem, divisão, forma, beleza, sabedoria e como quer que se chamem nossos antropomorfismos estéticos [...] ele – ‘o mundo’ – absolutamente não procura imitar o homem! (NIETZSCHE, 2002, § 109).

É, portanto, o próprio mundo que constitui os fundamentos daquilo que se pretenderia como epistemologia nietzschiana. A ontologia negativa nietzschiana denuncia os campos de saber que pregam suas verdades contundentes, a exemplo da epistemologia racionalista, a filosofia da natureza, a filosofia política, a filosofia da ciência, a filosofia da história, até mesmo a filosofia da religião ao supor uma inteligência extraperspectiva. Todas elas estão, de algum

modo, conjecturadas na metafísica, tendo sempre a linguagem como poder sustentador do seu *dito*. Mas encontra-se na própria flexibilidade da linguagem a falha da metafísica, portanto da verdade. Enquanto a filosofia da ciência, por exemplo, encontra pressupostos [leis, métodos, critérios calculistas, etc.] que garantem a verdade dita científica, contrariamente é a filosofia da religião que declara Deus como a verdade, identificando-o como onisciência, isentando-o de qualquer exatidão científica ou representação fenomenológica. Assim, têm-se duas filosofias que se opõem, mas que buscam o conhecimento verdadeiro através da linguagem.

Quem não admitirá a *dedução* que os fieis gostam de fazer: “A ciência não pode ser verdadeira, pois nega a Deus. Portanto, não procede de Deus; portanto, não é verdadeira – pois Deus é a verdade.” Não a dedução, mas o pressuposto contém um erro: e se Deus *não* fosse a verdade, e justamente isso fosse provado? Se ele fosse a vaidade, o apetite de poder, a impaciência, o terror, a entusiasmada e horrorizada loucura dos homens? (NIETZSCHE, 2004, § 93).

Parece, então, que nenhuma filosofia, ao deter-se na busca da verdade, pressupõe ao menos uma realidade: de que o mundo é puro devir. Assim, se a consciência é a pior *interpretação* da vontade de potência, e, conseqüentemente, sua perspectiva gera novas piores interpretações [certezas, verdades, etc.], declara-se, então, que “[...] não temos nenhum órgão para o *conhecer*, para a ‘verdade’ [...]” (NIETZSCHE, 2002, § 354), e mais: “Eu temo que não venhamos a nos ver livres de Deus porque ainda acreditamos na gramática...” (NIETZSCHE, 2000, § 5). Assinala-se que a verdade é uma perspectiva da linguagem como busca de um conhecimento verdadeiro ou como afirmação de uma crença que admite uma inteligência [ou espírito] criadora onisciente. A fixidez das palavras no processo histórico civilizatório trás como conseqüência a consciência crescente e “agora, a cada conhecimento tropeçamos em palavras eternizadas, duras como pedras, e é mais fácil quebrarmos uma perna do que uma palavra” (NIETZSCHE, 2004, § 47).

Trazendo a ontologia negativa à vista, a filosofia nietzschiana revela o caráter infundável da linguagem na sua tentativa de dizer *realmente* o mundo. Mas tendo consciência, o homem vê-se impulsionado pelo “*instinto de medo*” (NIETZSCHE, 2002, § 355) para o conhecer. O conhecimento, portanto, é uma estratégia de sobrevivência, onde torna tudo semelhante, por isso, conhecido. A capacidade da consciência de tornar tudo semelhante, igual, adequado faz do homem um ser de vontade para a sistematização e regularização das coisas dispostas no mundo. A consciência com a linguagem prestam um serviço [o pior serviço] de ordenação do mundo, ou seja, o homem através da consciência *atribui* sentido, ordem, finalidade ao mundo [categorias estas que ele não tem], constituindo-o em uma cosmologia.

Nietzsche mostra que, sendo a verdade uma construção histórica da linguagem, então, o mundo *conhecido* é o mundo superficializado, falsificado, antropomórfico. Procede com isso a desmistificação e desmitificação do mundo, pois “[...] por muito tempo nós o interpretamos falsa e mentirosamente, mas conforme o desejo e a vontade de nossa veneração [...]” (NIETZSCHE, 2002, § 346). Consciente, o homem é um animal que venera. Mas essa veneração acontece mediante a consciência. É ela que estabelece a conjunção adversativa. Ou seja, aquela flexibilidade que a linguagem proporciona demonstra seu poder falsificador. A preposição *e*, por exemplo, pode estar disposta em duas situações contrárias, e assim demonstra-se como a verdade pôde estabelecer o mundo humano. No mesmo aforismo Nietzsche afirma: “[...] Já rimos, ao ver ‘homem *e* mundo’ colocados um ao lado do outro, separados tão-só pela sublime presunção da palavrinha ‘e’! [...]” (Ibidem).

Desse modo o *e* é caracterizado como uma conjunção adversativa, e em outro modo podemos percebê-la como conjunção aditiva, por exemplo: água *e* sal. Ora, essa flexibilidade da linguagem realiza diferentes sentidos sobre as coisas, estabelecendo a palavra *adequada* como a

verdade da coisa. Mas não é a oposição entre sujeito e objeto, tampouco a unidade de ambos, que constitui a filosofia nietzschiana. Não existe mais a dicotomia platônica, mas sim a concepção de que “o caráter geral do mundo, no entanto, é caos por toda a eternidade [...]” (NIETZSCHE, 2002, § 109). A verdade [que é a linguagem fixada numa cultura] cria um mundo completamente inexistente *realmente*, um mundo incapaz de ser percebido efetivamente. A verdade *interpretada* pela linguagem só é efetiva nas relações entre os homens e, para eles, de modo algum, a verdade-linguagem revela o mundo, mesmo porque neste não há algo a ser revelado. Afirma Nietzsche:

Ajustamos para nós um mundo em que não podemos viver – supondo corpos, linhas, superfícies, causas e efeitos, movimento e repouso, forma e conteúdo: sem esses artigos de fé, ninguém suportaria hoje viver! Mas isto não significa que eles estejam provados. A vida não é um argumento; entre as condições para a vida poderia estar o erro (NIETZSCHE, 2002, § 121).

A linguagem-verdade não está somente para o *dizer* do mundo, mas também para o sujeito. O ser vivo considerado homem não é uma totalidade nem uma finalidade, porém um outro devir. Conceber a idéia de um sujeito, ou seja, de uma substância *dada*, capaz de fornecer ao homem uma informação exata do sentido e finalidade de sua existência, é conceber uma realidade ilusória [no sentido racional da palavra]. Assim como o mundo, o homem é também *uma* perspectiva. Na tentativa de opor-se ao mundo, a consciência busca a substância do sujeito, ou seja, sua verdade, e é, portanto, na linguagem que ele [o sujeito pensante] encontra seu refúgio.

Por mais longe que alguém leve seu autoconhecimento, nada pode ser mais incompleto do que sua imagem da totalidade dos *impulsos* que constituem seu ser [...] que tudo isso que chamamos de consciência é um comentário, mais ou menos fantástico, sobre um texto não sabido, talvez não “sabível”, porém sentido? (NIETZSCHE, 2004, § 119).

Entre vontade de poder e vontade de vida, a consciência escolheu a vida, esquecendo-se de que esta procede do poder. A verdade está para a vida como a mentira está para o poder, para a criatividade, para a interpretatividade. A ilusão do *eu* leva o homem a um *em-simesmamento*, ou seja, a uma interpretatividade efetivada *na* e *para* a própria consciência, isentando-se da afirmação de sua vontade de potência. Assim, “aquilo que parecemos ser, conforme os estados para os quais temos consciência e palavras [...] *nenhum de nós o é* [...]” (NIETZSCHE, 2004, § 115).

Tentando mostrar que a verdade é uma perspectiva falsificante da linguagem e que, ao mesmo tempo, não se pode chegar à verdade metafísica pela linguagem [se esta verdade existisse], Nietzsche apresenta os seguintes argumentos: “comparadas entre si as diferentes línguas mostram que pelas palavras não se pode chegar jamais à verdade, nem a uma expressão adequada [...]”, e prosseguindo diz: “O que é então a verdade? Uma multiplicidade incessante de metáforas, de metonímias, de antropomorfismos, em síntese, uma soma de relações humanas [...]” (NIETZSCHE, 2001, p. 69). Mas se a consciência persiste em querer objetar sobre uma certa pretensão de verdade em Nietzsche, é na obra de Rocha que encontramos a resposta:

Procuramos ainda responder à questão que se coloca a todo intérprete do perspectivismo: Nietzsche pretende ainda dizer a verdade? Se a verdade é adequação entre representação e coisa, a resposta é não, pois negando simultaneamente a idéia de coisa e a possibilidade de representar, uma tal pretensão torna-se destituída de sentido. Se a verdade é aquilo que pode ser fundado, a resposta é ainda não – pois falta ao conhecimento a instância que poderia funcionar como seu fundamento. Mas se a



verdade é uma *afirmação* que nada tem para fundá-la, que não exprime nenhuma realidade exterior a si mesma mas apenas a vontade daquele que a afirma, a resposta é sim. Encontramos aqui a única aceção positivista que Nietzsche dá à verdade: aquela que a define não como descoberta, mas como criação (ROCHA, 2003, p. 171).

Mas se compreendermos o homem como medida de todas as coisas, como quisera Protágoras, por exemplo, então ainda não se compreende bem o perspectivismo nietzschiano. Ter o homem como medida de todas as coisas é supor, talvez, que o mundo tenha sentido apesar de o homem ter diferentes concepções dele. Não é isto que Nietzsche deseja com seu argumento perspectivista. Para ele o mundo é desprovido de fundamento e a consciência um erro orgânico. Assim, a verdade não passa de meros argumentos retóricos e estratégicos, e a linguagem seu refúgio e sua mola propulsora: que a verdade seja “[...] apenas alguém que diz Sim!” (NIETZSCHE, 2002, § 276).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendeu-se, portanto, que é a vontade de potência que, em sua natureza perspectivista e interpretativa, traz à existência tudo o que é possível de existir, tornando impensável qualquer realidade que não esteja identificada com ela. O homem também é vontade de potência e, por isso, não pode dela isentar-se mesmo quando escolhe a morte, pois “guardemo-nos de dizer que a morte se opõe à vida” (NIETZSCHE, 2002, § 109). Quanto à consciência, diz-se que ela faz com que o homem deixe de ser um “feixe de impulsos animais” para tornar-se um sujeito que conhece. Diria Herbert Marcuse, que a consciência só surge nos seres a partir da relação que estes estabelecem com as realidades: as coisas e os outros seres, pois

Sob o princípio de realidade, o ser humano desenvolve a função da *razão*: aprende a “examinar” a realidade, a distinguir entre bom e mau, verdadeiro e falso, útil e prejudicial. O homem adquire as faculdades de atenção, memória e discernimento. Torna-se um *sujeito* consciente, pensante, equipado para uma racionalidade que lhe é imposta de fora (MARCUSE, 1995, p. 35).

Conseqüentemente, percebeu-se como a consciência necessitou da linguagem para tornar-se efetiva e eficaz. Portanto foi pela “necessidade de comunicação” (NIETZSCHE, 2002, § 354) que a consciência tornou-se crescente, produzindo formas simbólicas abstratas que, inevitavelmente, produziu *realidades* metafísicas, como o *ser* [eidos] por exemplo. Prova de que esse processo de significar as realidades se efetivou é o cartesianismo, que, ao reconhecer a razão como substância ontológica do homem, acreditou também que a existência é de natureza gnosiológica. É assim, portanto, que para Nietzsche, contrariamente a Descartes, a consciência é caracterizada como produtora e doadora de *sentido*. E é este sentido que, não passando de uma idéia ou palavra, instituiu-se, no processo histórico, como a verdade.

De outro modo, é o kantismo que, mesmo mostrando o problema da possibilidade do conhecimento, acredita numa realidade extraperspectiva, ou seja, no *nômeno*. Ora, na filosofia nietzschiana, não se trata de um problema epistemológico ou gnosiológico, como pensam os teóricos do conhecimento, mas antes quer mostrar o caráter infundável do mundo, sua ontologia negativa. Conseqüentemente, não se trata de se crer num conhecimento verdadeiro, mas na impossibilidade do conhecimento mesmo e da verdade, pois não há possibilidade de conhecer o infundável mundo nem naquilo que se constituiria como certeza sobre o mesmo mundo.

Aquilo, portanto, acreditado como verdade, não passa de uma conjuntura lingüística de natureza pragmática na utilidade de preservação e conservação da espécie. O homem, através de

muitas circunstâncias, tornou-se um dos seres mais sagazes e criadores de estratégias, pôde, assim, criar algumas delas em si mesmo na tentativa de salvaguardar-se das dificuldades de sobrevivência. “Por seu gênio de arquitetura, o homem eleva-se bem acima da abelha: esta constrói ‘seu sustento’ com a cera que recolhe na natureza, ele com a matéria bem mais frágil dos conceitos que deve fabricar partindo apenas de si mesmo” (NIETZSCHE, 2001, p. 71). Trata-se, então, de uma existência subjetivista antropomorficadora, ou seja, uma existência sustentada em categorias racionais ao mesmo tempo em que as imprime no mundo.

Assim sendo, tentou-se mostrar que o problema da verdade não está somente no que se diz sobre o mundo, mas sendo ela uma perspectiva da linguagem, e esta uma ação da consciência, torna-se também um problema do homem. Portanto o homem e o mundo apresentam-se atualmente implicados, ora pelo fato de o homem estar condicionado a sua própria armadilha [consciência e linguagem], ora pelo fato de o mundo simplesmente não-ser. E é justamente neste conflito relacional que nasce a verdade como a entidade amenizadora desse conflito, ou seja, instituidora da paz.

Esta paz estabelecida traz consigo qualquer coisa que parece o primeiro passo dirigido à obtenção deste enigmático instinto de verdade. Quer dizer que agora fixou-se o que deve ser “verdade” daqui em diante, isto significa que se encontrou uma designação uniformemente válida e obrigatória para as coisas e a própria legislação da linguagem contem as primeiras leis da verdade (Ibidem, 2001, p. 66).

Conclui-se, portanto, que a vontade de potência exercida numa circunstância de fraqueza produziu a consciência crescente que, estrategicamente, criou os signos de comunicação e de significação. Estes signos estabelecidos no processo histórico instituíram-se como a essência das coisas, intuindo, assim, a cosmologia, o *mundo das idéias* e as leis morais. Esses *acontecimentos*, podemos assim dizer, originou a questão da verdade, que tendo sido desenvolvida dentro desses processos históricos, não poderá jamais ser uma realidade a-histórica, tornando-se um mal necessário em vista da Civilização.

REFERÊNCIAS

LACAN, Jacques. **O Seminário, a Ética da psicanálise – livro 07**. Tradução Antonio Quinet. Rio de Janeiro: JORGE ZAHAR, 1997.

MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização – Uma Interpretação Filosófica do Pensamento de Freud**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: GUANABARA KOOGAN, 1995.

NIETZSCHE, Wilhelm Friedrich. **A Gaia Ciência**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: COMPANHIA DAS LETRAS, 2002.

_____. **Aurora**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: COMPANHIA DAS LETRAS, 2004.

_____. **Crepúsculo dos Ídolos – ou como filosofar com o Martelo**. Tradução de Marco Antonio Casa Nova. Rio de Janeiro: RELUME DUMARÁ, 2000.

_____. **O Livro do Filósofo**. Tradução de Eduardo Ferreira Frias. São Paulo: CENTAURO, 2001.

ROCHA, Silvia Pimenta Velloso. **Os Abismos da Suspeita: Nietzsche e o Perspectivismo**. Rio de Janeiro: RELUME DUMARÁ, 2003.